

Índios em Paris

Com seus trajes mais vistosos, foi o cacique Raoni visitar o presidente François Mitterrand, a quem pediu proteção para o seu povo e para a floresta brasileira. A visita mostra o senso promocional do roqueiro Sting, ativista da ecologia: o "traje completo" de Raoni deve ter obtido o mesmo efeito, em 1989, que o de seus antepassados do século XVI, exibidos como grande novidade na corte parisiense.

O mito francês e rousseauísta do *bon sauvage* parece persistir no modo como o presidente da França vem conduzindo, ultimamente, a questão da Amazônia. Mas o presidente Mitterrand também é político experiente, e sabe o que esse tema pode render face à opinião pública internacional. Raoni vai pelo mesmo caminho; e quase se repete o cenário de 400 anos atrás, quando os índios do Brasil optavam entre os franceses e os portugueses de acordo com as suas conveniências.

A diferença está em que o Estado brasileiro, de lá para cá, consolidou-se de modo surpreendente — e até se diria exagerado, dado o preço que estamos pagando pela sua centralização e burocratismo. Um pouco de recuo histórico mostraria como os brasileiros são privilegiados a esse respeito face aos vizinhos da América espanhola. Nos dias seguintes à proclamação da nossa República, Eça de Queiroz ainda escrevia artigos de jornal prevendo o esfacelamento de uma unidade territorial tão grande, *inventada* por um pequeno país.

Prevaleceu, em vez disso, a obra de consolidação realizada por dois monarcas que gostavam do que estavam fazendo. O Brasil em crise nos nossos dias dispõe, mesmo assim, de uma identidade nacional considerável; e, ao fazer política em Paris, Raoni arrisca-se a cometer a mesma *gaffe* do governo francês quando pede aos brasileiros que abram mão de uma parte da sua sobe-

rania para facilitar o encaminhamento da questão ecológica.

No momento, a guerra publicitária está no auge. Jamais foi tão ruim a imagem do Brasil no exterior — em boa parte devido à Amazônia e questões afins. A medida que o coro se intensifica, o perigo é de que cresça internamente a reação contrária — a tal ponto que qualquer demagogo poderia tirar partido dela para montar uma medíocre plataforma nacionalista.

É esse jogo de propaganda que terá de ceder, em algum momento, a um mínimo de pragmatismo. O acirramento da guerra de palavras prejudica a todos (mesmo se, neste momento, tem lá a sua utilidade a pressão internacional). É preciso encontrar um terreno comum para o exercício da racionalidade.

Algo nesse sentido foi esboçado em mais um seminário realizado sobre ecologia — o da USP, em São Paulo. Representantes do próprio governo brasileiro reconheceram, ali, que as novas leis sobre a ecologia podem ser muito boas, mas que, do lado oficial, a carência de recursos financeiros e humanos é brutal. Um fiscal de florestas que ganha NCz\$ 50 por mês pode ser facilmente subornado por uma quantia dez vezes maior — que não significa nada para o madeireiro. Trocar os fiscais pelo Exército também não é solução. Seria preciso pagar mais aos fiscais — mas também criar uma nova mentalidade, numa região onde, até ontem, derrubar uma árvore era trabalhar pelo progresso e pela civilização.

É nesse terreno que o Brasil e o mundo desenvolvido têm o que conversar. Existem, lá fora, recursos e *know-how* que podem ser empregados na redenção da Amazônia — tome ela a forma que tomar. Mas a conversa racional dificilmente terá início enquanto os roqueiros e os morubixabas ocuparem o centro do palco, numa confusão de penas e discursos inflamados.